



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00002304/2023-62

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Segurança Pública - SSP

**EMENTA:** Solicitação de orientação sobre os passos necessários para consultar o processo administrativo em andamento no sistema SEI-SP. Pedido não objeto da LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00351/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Secretaria da Segurança Pública - SSP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão apenas informou que o processo solicitado é sigiloso. Em recurso o órgão encaminhou cópia integral do referido processo ao solicitante. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que a solicitação objeto do presente recurso não se configura como pedido de acesso à informação, pois se trata de uma consulta.
4. Nesse sentido, cabe esclarecer, que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da Lei federal 12.527 de 18 de novembro de

2011.(Lei de Acesso à Informação - LAI).

5. Ressalta-se, ainda, que a LAI garante acesso a informações existentes nos órgãos e entidades públicas, no entanto, pedidos que requerem o pronunciamento do órgão fogem ao escopo da Lei de Acesso a Informação (LAI), não caracterizando, portanto, pedidos de acesso a informação, exceto nos casos em que o órgão já tenha consolidado o objeto da consulta em documentos oficiais.
6. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
7. Considerando que não houve negativa de acesso à informação, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 20 de outubro de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público -  
Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 20/10/2023, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site